

Procedimentos de COMERCIALIZAÇÃO

Módulo 5 – Mercado de Curto Prazo

Submódulo 5.3 – Conta Bandeiras

ÍNDICE

1. *INTRODUÇÃO*
2. *OBJETIVO*
3. *PREMISSAS*
4. *LISTA DE DOCUMENTOS*
5. *FLUXO DE ATIVIDADES*
6. *DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES*
7. *ANEXOS*

Revisão	Motivo da Revisão	Instrumento de aprovação pela ANEEL	Data de Vigência
1.0	Primeira versão aprovada (CP 005/2015)	Despacho nº 2.808/2015	27.08.2015

1. INTRODUÇÃO

O Decreto nº 8.401/2015 estabeleceu a criação e a manutenção da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (Conta Bandeiras) pela CCEE, com a finalidade de administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Os recursos disponíveis na Conta Bandeiras levarão em consideração as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e a exposição financeira no Mercado de Curto Prazo – MCP que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica, e serão repassados pela CCEE aos referidos agentes no processo de Liquidação Financeira do MCP.

2. OBJETIVO

Estabelecer o processo relativo ao repasse financeiro proveniente da aplicação das Bandeiras Tarifárias pelas concessionárias e permissionárias de distribuição devedoras à Conta Bandeiras, bem como o repasse do recurso financeiro disponível na Conta Bandeiras às concessionárias e permissionárias de distribuição que resultarem credoras na liquidação financeira da conta Bandeiras, conforme despacho ANEEL, independentemente de serem ou não Agentes da CCEE.

3. PREMISSAS

- 3.1. Sem prejuízo das atribuições definidas no Módulo 6.8 Bandeiras Tarifárias dos Procedimentos de Regulação Tarifária da ANEEL, a CCEE deverá efetuar a estruturação, a gestão e a liquidação financeira da Conta Bandeiras, realizando as atividades necessárias para sua constituição e operacionalização, bem como manter o registro separado das movimentações da Conta Bandeiras em suas demonstrações contábeis.
- 3.2. Os prazos do presente submódulo seguem, como referência, o cronograma da liquidação financeira do MCP, especialmente com relação às datas das atividades de pagamento de débitos e recebimento de créditos da liquidação financeira do MCP.
- 3.3. As concessionárias e permissionárias de distribuição deverão manter os dados cadastrais e a relação das instituições financeiras onde operam (nome, nº da Agência e nº da Conta Corrente) atualizados na CCEE para realização dos repasses. O envio de informações e documentos por parte das distribuidoras não Agentes da CCEE (i) não caracterizará sua adesão, não implicando qualquer custo, direitos ou obrigações exclusivos dos associados da CCEE; e (ii) destinam-se exclusivamente à operacionalização da Conta Bandeiras.

- 3.4. A atualização dos dados cadastrais poderá ser realizada por meio da Central de Atendimento, ou, no caso de envio do documento físico constante no anexo deste submódulo, pela CEDOC, nos termos do submódulo 1.4 – Atendimento.
- 3.5. A CCEE deverá analisá-los em até cinco dias úteis (5du), contados a partir da data de seu recebimento e, havendo pendência, deverá comunicar a respectiva concessionária ou permissionária de distribuição para proceder à correção.
- 3.6. Os custos administrativos, financeiros e eventuais encargos tributários (CAFT) relativos à gestão da Conta Bandeiras deverão ser orçados pela CCEE e encaminhados à ANEEL no dia 31 de outubro de cada ano para homologação e consideração na definição dos valores das Bandeiras Tarifárias em janeiro de cada ano. A previsão de custo possuirá periodicidade mensal, sempre considerando um período de 2 (dois) anos.
- 3.7. A CCEE deverá encaminhar à fiscalização da ANEEL, no prazo de até 30 dias, contado do término de cada trimestre, informações sobre a efetiva movimentação financeira e o CAFT efetivamente incorrido no período.
- 3.8. Os valores da Conta Bandeiras não representam receitas da CCEE e não serão considerados em suas contas de resultados, exceto aqueles relativos à cobertura do seu CAFT.
- 3.9. O saldo positivo remanescente na Conta Bandeiras deverá ser aplicado em: (i) Certificados de Depósitos Bancários; (ii) Títulos de renda fixa, de liquidez diária, de emissão do Tesouro Nacional, diretamente ou via Fundo de Investimento; e/ou (iii) Qualquer outro investimento de baixo risco aprovado pela ANEEL.
- 3.10. O CAFT de cada ano será recebido pela CCEE em parcela única, no primeiro mês de apuração da Conta Bandeiras, não estando sujeito à eventual inadimplência das concessionárias e permissionárias de distribuição.
- 3.11. A CCEE deverá encaminhar até MS+20du as informações relativas à contabilização do MCP concessionárias de distribuição (em especial, a exposição financeira e Encargos de Serviço de Sistema - ESS apurados), Receita de Venda de CCEAR_D, Restituição da Conta de Energia de Reserva – CONER, e o Saldo da Conta Bandeiras, de forma a subsidiar a publicação de Despacho pela ANEEL em MS+22du.
- 3.12. O repasse de valores para a Conta Bandeiras deverá ser feito pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, por meio de depósito identificado até MS+24du.
- 3.13. O rateio da eventual inadimplência entre as concessionárias e permissionárias de distribuição credoras ("loss sharing") será realizado na proporção dos respectivos créditos em MS+25du.
- 3.14. A CCEE enviará às concessionárias e permissionárias de distribuição credoras, até as 12hs de MS+26du, o demonstrativo de cálculo apresentando o valor da exposição, o crédito a que tem direito da Conta Bandeiras e o valor a ser aportado na liquidação do MCP a ser realizada.

- 3.15. A CCEE deverá repassar os valores da Conta Bandeiras às concessionárias e permissionárias de distribuição credoras, Agentes ou não Agentes da CCEE. O repasse para as concessionárias de distribuição credoras, Agentes da CCEE, será realizado através das contas específicas utilizadas para a liquidação do MCP. O repasse para as concessionárias e permissionárias de distribuição credoras, não Agentes da CCEE, será realizado na conta informada no cadastro, por meio da Carta de Declaração Bancária anexa a este submódulo.
- 3.16. Eventual inadimplência das concessionárias e permissionárias de distribuição no repasse de recursos à Conta Bandeiras implicará na aplicação, pela CCEE, de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, "pro rata tempore", sobre o valor total não recolhido, sem prejuízo da aplicação de penalidades previstas na Resolução Normativa nº 063/2004.
- 3.17. Até MS+31du, a CCEE encaminhará à Eletrobrás a relação das concessionárias e permissionárias de distribuição inadimplentes e, em MS+33du, efetuará comunicação às distribuidoras inadimplentes sobre o pagamento dos valores, via chamado ativo, sem prejuízo do prazo constante do item "g" da premissa 40 do Módulo 6.8 do PRORET.
- 3.18. Independentemente da comunicação da CCEE, a concessionária ou permissionária de distribuição inadimplente deverá contatar a CCEE, por meio da Central de Atendimento, a qualquer tempo, para solicitar a emissão de boleto e efetuar o pagamento do valor inadimplido.
- 3.19. Em até um dia útil (1du) a partir da comunicação da concessionária ou permissionária de distribuição, a CCEE deverá emitir o boleto para pagamento do valor inadimplido.
- 3.20. Em até dois dias úteis (2du) a contar do pagamento do boleto pelo agente de distribuição, a CCEE encaminhará a relação atualizada das concessionárias ou permissionárias de distribuição inadimplentes à Eletrobrás.
- 3.21. Após o encerramento do processo mensal de liquidação do MCP, existindo saldo positivo remanescente nas contas das distribuidoras credoras, seus valores estarão à disposição para retirada.

4. LISTA DE DOCUMENTOS

DOCUMENTOS				Concessionárias e Permissionárias de Distribuição não Agentes da CCEE
Descrição	DD	DF	DFR	
<input type="checkbox"/> Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações supervenientes ou o documento societário consolidado, protocolado e com a chancela da Junta Comercial ou cartório de registro de pessoa jurídica, ou ata de eleição dos administradores protocolada e com a chancela da Junta Comercial ou cartório de registro de pessoa jurídica. <i>Caso aplicável</i>	✓			✓
<input type="checkbox"/> Procuração outorgada na forma da documentação societária. <i>Caso aplicável</i>	✓			✓
<input type="checkbox"/> Carta de Declaração Bancária a indicar <i>instituição financeira com agência e conta para eventual crédito da Conta Bandeiras.</i>	✓	✓	✓	✓

DD

Documento digitalizado

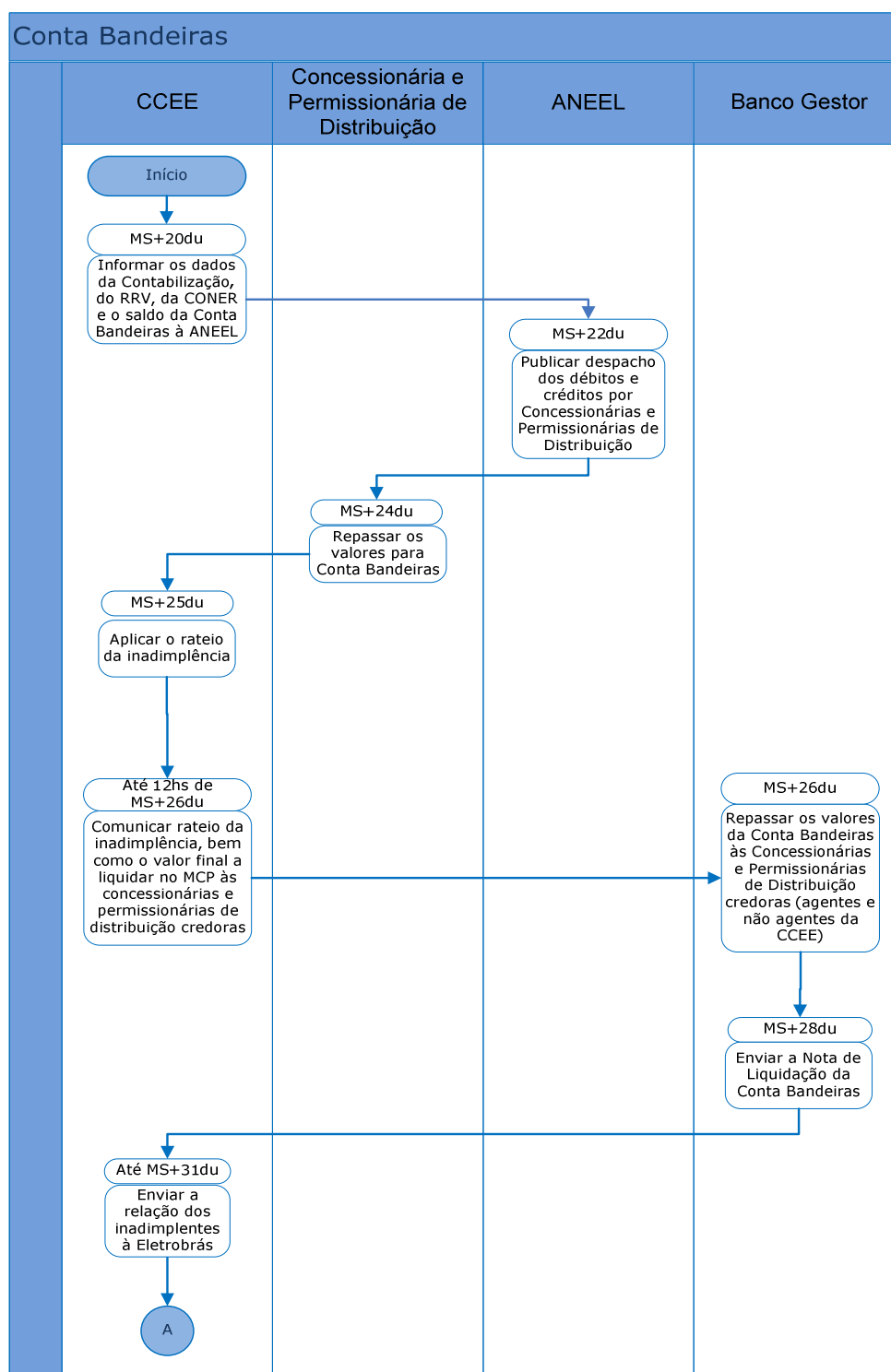
DF

Documento na forma física

DFR

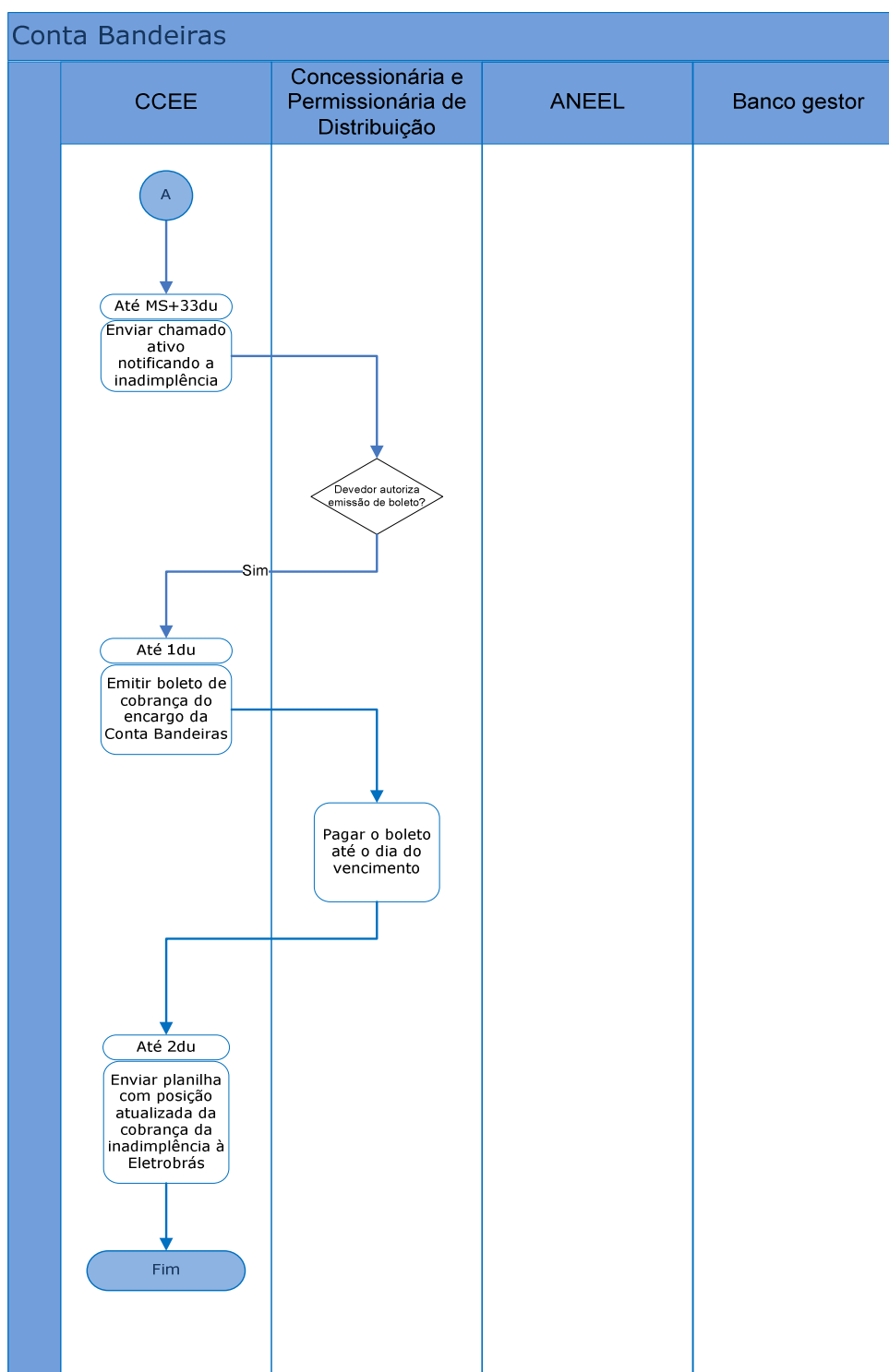
Documento com firma reconhecida

5. FLUXO DE ATIVIDADES



Legenda:

MS: mês seguinte às operações de compra e venda de energia elétrica;
du: dias úteis.



Legenda:

MS: mês seguinte às operações de compra e venda de energia elétrica;
du: dias úteis.

6. DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Informar os dados da contabilização, da Receita de Venda de CCEAR_D, da CONER e o saldo da Conta Bandeiras	CCEE	A CCEE deverá informar os resultados da Contabilização, da Receita de Venda de CCEAR_D, da CONER e do Saldo da Conta Bandeiras para a ANEEL.	MS+20du
Publicar despacho dos débitos e créditos por concessionárias e permissionárias de distribuição	Aneel	Com as informações encaminhadas pela CCEE (mensal: MCP, da Receita de Venda de CCEAR_D, CONER, ESS e o Saldo da Conta Bandeiras. Anual: CAFT) e pelas concessionárias e permissionárias de distribuição (receita faturada decorrente da aplicação das bandeiras tarifárias), a ANEEL deverá emitir o despacho para comandar a operacionalização da liquidação das bandeiras pela CCEE.	MS+22du
Repassar os valores para a Conta Bandeiras	Concessionárias e permissionárias de distribuição	As concessionárias e permissionárias de distribuição deverão repassar os valores para a Conta Bandeiras, conforme despacho emitido pela ANEEL.	MS+24du

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Aplicar o rateio de inadimplência ("loss sharing")	CCEE	Após apuração de eventual inadimplência informada pelo Banco Gestor, a CCEE deverá aplicar o rateio de inadimplência ("loss sharing") entre os credores.	MS+25du
Comunicar o rateio da inadimplência	CCEE	A CCEE deverá informar o rateio da inadimplência, bem como o valor à liquidar para a Liquidação do MCP às concessionárias e permissionárias de distribuição credoras.	Até as 12hs de MS+26du
Repassar os valores da Conta Bandeiras às concessionárias e permissionárias de distribuição credoras Agentes ou não Agentes da CCEE	Banco Gestor	O Banco Gestor deverá repassar os valores da Conta Bandeiras às contas das concessionárias e permissionárias de distribuição credoras, Agentes ou não Agentes da CCEE, informadas no cadastro.	MS+26du
Enviar a Nota de Liquidação da Conta Bandeiras	Banco Gestor	O Banco Gestor enviará às concessionárias e permissionárias de distribuição a Nota de Liquidação da Conta Bandeiras, de acordo com os valores efetivamente liquidados.	Até MS+28du

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Enviar a relação dos inadimplentes	CCEE	A CCEE deverá enviar relação de inadimplentes à Eletrobrás.	Até MS+31du
Enviar chamado ativo notificando a inadimplência	CCEE	A CCEE deverá comunicar ao devedor sua inadimplência.	Até MS+33du
Emitir boleto de cobrança do encargo da Conta Bandeiras	CCEE	A partir da solicitação dos inadimplentes, a CCEE deverá emitir boleto para pagamento do valor do encargo da Conta Bandeiras da respectiva Liquidação.	Em até 1 dia útil após a manifestação do inadimplente
Enviar planilha com a posição da cobrança da inadimplência	CCEE	A CCEE deverá elaborar planilha consolidada com a posição atualizada da cobrança da inadimplência, por concessionária e permissionária de distribuição, e informar à Eletrobrás	Em até 2 dias úteis após o pagamento

Legenda:

MS: mês seguinte às operações de compra e venda de energia elétrica;

du: dias úteis.

7. ANEXOS

Carta de Declaração Bancária

[Logo do Agente]

<Local>, <data>.

Ao(s)

[Observação: A Distribuidora deverá indicar o nome de 1 (uma) instituição bancária com o fim de que os eventuais créditos da Conta Bandeiras possam ser corretamente depositados. A lista abaixo é meramente indicativa.]

<BANCO DO BRASIL S.A.>

<ENDEREÇO>

<BANCO BRADESCO S.A.>

<ENDEREÇO>

<BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.>

<ENDEREÇO>

<ITAÚ UNIBANCO S.A.>

<ENDEREÇO>

<CAIXA ECONÔMICA FEDERAL>

<ENDEREÇO>

Referência: **<Razão Social da Distribuidora - Sigla>** – Autorização de crédito de valores provenientes da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (Conta Bandeiras).

Com base no Art. 5º da Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica ("**ANEEL**") nº 649, de 27 de fevereiro de 2015 ("**Resolução ANEEL nº 649**"), por esta carta declaro que o banco supracitado está autorizado a receber do Banco Gestor os eventuais recursos que devam ser creditados pela Conta Bandeiras, na hipótese de direito de repasse dos recursos previstos em Despacho da ANEEL, na conta corrente abaixo indicada:

[Observação: A lista abaixo é meramente indicativa, devendo a distribuidora indicar 1 (uma) conta corrente para crédito de valores provenientes da Conta Bandeiras. Nota: Inserir todas as contas abertas junto ao Banco citado acima.]

Banco	Nº da Agência	Nº da Conta
<Banco do Brasil S.A.>	<xxx>	<xxx>
<Banco Bradesco S.A.>	<xxx>	<xxx>
<Banco Santander (Brasil) S.A.>	<xxx>	<xxx>
<Itaú Unibanco S.A.>	<xxx>	<xxx>
<Caixa Econômica Federal>	<xxx>	<xxx>

O conteúdo e efeitos da presente autorização são exclusivos para o cumprimento das disposições previstas no Decreto nº 8.401 e na Resolução ANEEL nº 649.

A presente declaração/autorização, devidamente autenticada e assinada por seus representantes legais abaixo indicados, substitui declaração(ões)/autorização(ões) anterior(es) de conteúdo semelhante, para todos os fins e efeitos.

Atenciosamente,

<Razão Social da Distribuidora>

<Nome>

<Cargo>

<Nome>

<Cargo>